

**MÚLTIPLOS DISCURSOS SOBRE A AÇÃO VOLUNTÁRIA:
MA TRÍPLICE ALIANÇA?**

Jane Cleide dos Santos de Sousa
janeclaide.sousa@bol.com.br

Nossa linha de pesquisa integra a vertente de pesquisas voltadas para as articulações entre linguagem e trabalho. Tendo em vista a diversidade de possíveis abordagens para a relação linguagem/ trabalho, privilegiamos a investigação dos discursos produzidos *acerca* do trabalho voluntário que possuam um ponto de contato com a educação pública.

Dentro desta temática: Abordagens Enunciativas: Cultura, Consumo e identidade temos a oportunidade de refletir sobre como tais elementos se concretizam discursivamente construindo determinados sentidos que integram nossa visão da realidade, sendo, muitas vezes, capazes de orientar trajetórias individuais e coletivas.

Nossa apresentação se propôs, em um primeiro momento, a realizar um estudo lingüístico-enunciativo sobre a construção de identidades do trabalhador voluntário, confrontando-a com a dos demais sujeitos que integram a ação voluntária, quais sejam: o beneficiário e a instituição que administra tal ação, daí o título fazer referência à tríplice aliança. Porém, como todo projeto em início de concepção é passível de alterações, preferimos realizar um novo recorte neste *corpus* e decidimos limitar as análises a um projeto social de ação voluntária voltado à escola.

A partir deste novo recorte, nos propomos a refletir, neste início de pesquisa, sobre como as relações interdiscursivas e o processo de interincompreensão, definidos por Maingueneau (2005) contribuem para a construção das identidades dos sujeitos envolvidos neste específico projeto.

Quando decidimos refletir sobre o trabalho voluntário, queríamos compreender em que espaço do mundo do trabalho se situava discursivamente o trabalho voluntário cuja lógica parecia escapar da relação tarefa-salário, mas diante de um corpus ainda muito extenso, preferimos analisar uma ação voluntária que mantivesse um ponto de

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

contato com a educação e que através dessa intercessão nos possibilitasse material lingüístico para aplicação de nossos conceitos.

Para esse processo de análise, adotamos a concepção da Análise do Discurso (AD) com base enunciativo-discursiva, para a qual a enunciação é um lugar de representação de fatos - fatos lingüísticos - num determinado tempo e num determinado espaço discursivos. De acordo com a AD, é a partir da interatividade entre os co-enunciadores (EU-TU) que se constrói determinados sentidos no texto. Para Maingueneau (2002, p. 85), “*um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada*”. Cabe, portanto, ao analista do discurso apreender como se dá a construção de tais sentidos por meio da observação das marcas lingüísticas que constituem o enunciado. Assim seguiremos as propostas (AD) de base enunciativo-discursiva, privilegiando a orientação francesa, por considerar a enunciação como lugar de produção de diferentes sentidos. A partir da descrição de determinadas marcas lingüísticas presentes nos enunciados analisados, buscaremos identificar como se opera a construção de determinados sentidos relacionados aos discursos produzidos pelo ente voluntário idealizador do projeto em questão. Ou seja, a partir da análise do material lingüístico pretendemos refletir sobre possíveis sentidos, que, de alguma maneira, se manifestam em tais enunciações.

São muito importantes para nosso trabalho as contribuições de Bakthin (2000), o qual antecipa estudos que, posteriormente, serão aproveitados pela AD. Para Bakthin, existe uma interação orgânica entre as práticas enunciativas e as transformações sociais do mundo empírico. A língua não é um simples reflexo de uma conjuntura, mas sim e ao mesmo tempo, transformadora e transformada pelo contexto social. Pretendemos, portanto, através do material lingüístico selecionado, identificar marcas que permita-nos perceber manifestações capazes de trazer à tona outras vozes que estabelecem com o projeto em questão parceria ou embate.

Deste modo, nos nortearemos pelo conceito de dialogismo, em que, conforme o mesmo autor, “*todo discurso se constrói em relação ao outro*”. O enunciado permite a identificação de vozes que estabelecem relações dialógicas e deve ser considerado “*como uma resposta a enunciados anteriores (...)* [pois] segundo o próprio Bak-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

thin, refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, os supõe conhecidos e de um modo ou de outro, conta com eles.” (Bakhtin, 2000). Assim, supomos que nosso sujeito, em seus discursos, estará interagindo com os demais sujeitos de seu próprio espaço discursivo, mas não somente.

Bem, e o que vem a ser este embate, esses pontos de contato e de afastamento entre as formações discursivas que giram em torno e caracterizam essa ação voluntária? O que significa traduzir o outro para comportar-se a si mesmo?

Estas reflexões foram feitas por D. Maigneueau e as encontramos no livro *Gênese dos Discursos*, 2005, publicado pela Criar Edições.

O PRIMADO DO INTERDISCURSO

A lingüística enunciativa analisa a língua a partir da concepção de que ela é fruto das relações “do homem com o outro, do homem com a língua, do homem com o mundo via língua” (p. 108). Isto significa que ao produzir um discurso um sujeito o produz a partir do resultado destas relações. Seu discurso possui o extrato dos diversos conhecimentos e experiências que de alguma forma participaram e participam da própria concepção de si deste sujeito. Dizer que seu discurso é fruto destas relações, significa dizer que nele há uma infinidade de vozes, também construída através destas relações com o outro. Uma formação discursiva, por exemplo, é parte de uma grande rede discursiva em que a heterogeneidade se manifesta. Diz Maingeneau que esta heterogeneidade se divide em mostrada e constitutiva, sendo a primeira apreensível através de marcas lingüísticas e a segunda de difícil apreensão por estar tão simbioticamente atrelada a voz do eu, de modo que a distinção entre o que é uma produção desse eu e o que é uma produção do outro é praticamente impossível.

Esta noção de “constitutividade” tão entrelaçada e natural, capaz de esconder o autor ou a origem de um determinado discurso em outro é a perspectiva apontada pelo referido pesquisador para justificar a precedência do interdiscurso ao discurso, ou seja, a historicidade, a tradição, as experiências, o conhecimento veiculado, etc., são anteriores ao discurso, porém, reatualizado por ele.

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

Quando tratamos da questão de discursos anteriores presentes em nosso discurso, tratamos também da questão do outro presente em nós participando da construção de nós mesmos. Ao retomar a idéia de sujeito de um discurso, devemos lembrar que para a AD este sujeito é um ser capaz de produzir sua fala a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, pois é um ser histórico. Diante desta noção devemos articular outra que é a de que, por ser um ser histórico, seu discurso refletirá também as convenções ideológicas de uma determinada comunidade em uma determinada época e lugar, articulando deste modo, esse seu discurso ao discurso de outro, seja por consonância ou embate. Assim a noção de subjetividade desloca-se de uma posição homogênea para uma posição heterogênea, em que se incorpora o outro como constitutivo do sujeito. Conforme Mainigneau: *É-se então naturalmente levado a “redescobrir” as pesquisas de “precursores”, em particular as do “círculo de Bakhtin”, que fazem da relação ao Outro o fundamento da discursividade*. (2005, p. 34). Desta forma o referido autor dialoga com Bakhtin, articulando a idéia de polifonia à de interdiscurso, porém esclarece que ainda que haja pontos convergentes nas duas noções, ele se propõe a tornar a sua mais precisa. Deste modo, com o objetivo de melhor precisar esta noção, a substitui pela tríade: *universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo*.

O autor chama de *universo discursivo* o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada, e apesar do vocábulo universo, esse conjunto é um conjunto que apesar de amplo é finito. Já *campos discursivos* seriam o conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência dentro de um universo discursivo. Aclara Mainigneau que o termo concorrência deve ser entendido de modo amplo, a significar também aliança, neutralidade, divergência, etc. (p. 36). Continua, ainda, esclarecendo que estes campos discursivos não são ilhas isoladas dentro do universo discursivo, uma delimitação seria imprecisa uma vez que a forma que um campo se relaciona a outro é instável. Assim, o melhor recorte para o analista, segundo o autor, seria o *espaço discursivo*, lugar em que o eu e outro apresentam suas oposições e alianças a partir de um sistema de restrições semânticas estabelecidas através de determinadas escolhas feitas pelo analista. Pois é através destas escolhas que se define *“que outro discurso do campo é citado*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

e recusado pelo discurso “segundo” para identificá-lo como discurso “primeiro” através do qual aquele se constituiu” (p. 37). Isso significa dizer que a especificidade de um discurso “coincide com a definição das relações deste discurso com o seu Outro” (p. 38). Ele só existe em relação, o que acarreta também dizer, segundo o autor, que é ilusória a noção de construção fechada da identidade de um sujeito, já que esta identidade só se constrói em um espaço de trocas com o outro, não há uma identidade em essência e sim o resultado destas relações, e é neste momento que podemos falar em primado do interdiscurso, já que esta relação com o outro, que é essencial ao discurso, independe de qualquer forma de “alteridade marcada” (p. 39). Maingueneau vai mais além e diz que o outro é o interdito do eu. Eu e o outro como as duas faces da mesma moeda. Nas palavras do autor:

O espaço discursivo tem então um duplo estatuto: pode-se apreendê-lo como um modelo dessimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, mas também como um modelo simétrico de interação conflituosa entre dois discursos para os quais o outro representa totalmente ou em parte o seu Outro. É esse último aspecto, o de um processo de dupla tradução, que vai nos interessar essencialmente. (p. 43).

Para o autor fica evidente que um discurso é derivado de um ou de vários outros discursos do mesmo campo, ainda que não se possa precisar por que se derivou desse ou daquele discurso, já que foge à competência da área de estudo do linguísta, pode-se identificar com grande êxito o sistema de restrições a que tal discurso se submete. Este sistema de restrições se define a partir da interpretação dos enunciados de seu outro ao traduzi-los sob suas próprias categorias. “Como se vê, a formação discursiva não define somente um universo de sentido próprio, ela define igualmente seu modo de coexistência com os outros discursos” (p. 110). É sob esta perspectiva do primado do interdiscurso presente no discurso de um sujeito a partir do processo de interincompreensão, ou tradução e construção de um simulacro que se faz do outro que analisaremos nosso corpus.

Partimos, assim, da premissa de que o discurso é uma parte de uma grande rede discursiva em que a heterogeneidade se manifesta. Daí entendermos que o discurso de um sujeito contém vários outros, dialoga com eles e de certa forma os reatualiza. Se vários outros discursos são essenciais para a formação de um discurso, podemos a-

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

firmar, então, que ele é fruto destas relações interdiscursivas, ressaltando assim, a precedência do interdiscurso sobre o discurso.

Diante desse contexto, torna-se relevante estudar, desde o ponto de vista lingüístico, essa materialidade discursiva e, mais detalhadamente, os sentidos relativos ao mundo do trabalho voluntário que caracterizam a ação voluntária voltada à educação. Assim, pretendemos buscar possíveis associações entre estas práticas discursivas e o contexto social em que estão inseridas, entrelaçando, então, em nossas análises, elementos extralingüísticos com a matéria verbal. Acreditamos, desta forma, poder chegar a algumas conclusões a partir da investigação de marcas lingüísticas que nos permitam identificar posicionamentos discursivos a partir da análise das vozes dos envolvidos em uma ação voluntária que se destine a contribuir para melhoramento da educação.

Para realizarmos um estudo que se proponha a atingir o objetivo proposto, acreditamos ser necessário refletir sobre o contexto que cerca a todos os envolvidos já que “*todo discurso se constrói em relação ao outro*” (Bakhtin, 2000) e nele está a síntese de sua interação com o mundo. Entendemos que a reflexão sobre os pontos de contato e de afastamento presentes nos discursos destes sujeitos funcionará como pistas para a compreensão das ideologias a que se filiam e, por conseguinte nos auxiliará a identificar sob que categorias realizam a tradução de seu outro para, a partir dela, conceberem discursivamente a si mesmos.

BIBLIOGRAFIA

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria geral do estado*. 4ª ed. Globo. Porto Alegre, 1968.

BACKER, Sir Ernest. *Teoria política grega. Platão e seus predecessores*. Trad. de Sergio Fernando Guarischi Bath. Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DAHER, M. C. F. G.; ROCHA, D., SANT'ANNA, V. L. A. *Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho*. In: SOU-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ZA-E-SILVA, M. C. & FAÏTA, Daniel. (orgs.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

DECLARAÇÃO Universal do Voluntariado
www.ivoluntarios.org.br. Acesso em 22/10/06).

DIAS, Renata Campelo. *O professor-voluntário: a heterogeneidade no discurso sobre a realização de seu trabalho*. Projeto de Pesquisa CNPq/UERJ. Prof. Orientador: Vera Lúcia de Albuquerque Santa'Anna. Período: 2002-2005.

HILLBRECHT, Ronald Otto e Shikida, Cláudio Djissey. *Um Estado Mínimo faz mesmo diferença? Um estudo de caso para dois grupos de países: OCDE e América Latina*. Ibmec MG Working Paper – WP24. (2004). www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp24. Acessado em 07/08/2007.

LANDIM, Leilah & SCALON, Maria Celi. *Doações e trabalho voluntário no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. (Lei do Voluntariado)

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2002.

———. *Termos chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

———. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

———. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Paraná: Criar, 2005.

RICO, Elisabeth de Melo. *Teoria do serviço social de empresas: objeto e objetivos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social ou princípio do direito político*. Trad. de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret. 2002.

SANT'ANNA, Vera Lucia de Albuquerque. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: EDUC, 2004.

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

SBERGA, Adair Aparecida. *Voluntariado educativo*. Coleção Jovem voluntário, escola solidária. [s./l.]: Fundação Educar Dpaschoal. www.educar.com.br. Acessado em 08/11/2006.

SCHWARTZ, Y. (org.) *Reconnaisances du travail. Pour une approche ergologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

VIEIRA, Lúcia Mosqueira de Oliveira. *Os modais “dever” e “poder” e o uso de verbos na forma imperativa na construção da argumentação da campanha “Amigos da Escola”*. Letras & Letras, Uberlândia, 18 (2) 111-133, jul./dez. 2002. www.letraseletras.ileel.ufu.br, acessado em 08/08/2007.